



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/AM

OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO/SRTE/AM/Nº 525/SECRET MANAUS **/2011** MANAUS **/AM, 19 de setembro de 2011.**

Referência: Solicitação nº **MR053607/2011**
Processo nº **46202.016790/2011-31**
Convenção Coletiva de Trabalho

Aos Senhores

FRANCISCO CASTRO DE AQUINO - Membro de Diretoria Colegiada

SIND TRAB COM VAR DE PEC E ACES P VEIC LOU FERR TIN E MAT DE CONST NO MUN DE MANAUS
- 11.286.230/0001-85

ADERSON SANTOS DA FROTA - Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LOUCAS, TINTAS, FERRAGENS, MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUCAO DE MANAUS - 04.170.478/0001-10

JOSE DOS SANTOS DA SILVA AZEVEDO - Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA NO ESTADO DO AMAZONAS - 04.403.911/0001-10

Prezados Senhores,

Por meio do presente, NOTIFICAMOS que o instrumento coletivo acima referido, transmitido pela Solicitação nº MR053607/2011 e protocolizado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 46202.016790/2011-31, foi registrado nesta Unidade do MTE sob o nº AM000519/2011.

Atenciosamente,

SEÇÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/AM



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/AM**

SOLICITAÇÃO Nº MR053607/2011

PROCESSO Nº 46202.016790/2011-31

DATA DO PROTOCOLO DE DEPÓSITO: 13 de setembro de 2011

DESPACHO

A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DEPOSITADA NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SOB O Nº 46202.016790/2011-31 FICA REGISTRADA E ARQUIVADA NESTA UNIDADE DO MTE SOB O Nº AM000519/2011.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

19 de setembro de 2011.

**SEÇÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/AM**

A large, stylized handwritten signature in blue ink, written over the official stamp of the Section of Labor Relations.

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
REQUERIMENTO DE RETIFICAÇÃO DE CATEGORIA

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR053607/2011

Nº DO PROCESSO: 46202.016790/2011-31

SIND TRAB COM VAR DE PEC E ACES P VEIC LOU FERR TIN E MAT DE CONST NO MUN DE MANAUS , CNPJ n. 11.286.230/0001-85, localizado (a) à Rua Marcílio Dias, 256, Casa do Trabalhador, Centro, Manaus/AM, CEP 69.005-270, representado(a), neste ato, por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). FRANCISCO CASTRO DE AQUINO, CPF n. 193.032.462-68;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LOUCAS, TINTAS, FERRAGENS, MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUCAO DE MANAUS, CNPJ n. **04.170.478/0001-10**, localizado (a) à Rua Vinte e Quatro de Maio, 324, Centro, Manaus/AM, CEP 69.010-080, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). ADERSON SANTOS DA FROTA, CPF n. 000.926.902-97;

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA NO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 04.403.911/0001-10, localizado (a) à Rua Vinte e Quatro de Maio, 324, sala 2, Centro, Manaus/AM, CEP 69.010-080, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). JOSE DOS SANTOS DA SILVA AZEVEDO, CPF n. 000.728.342-34;

em face do OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO datado de 16/09/2011, solicitam a RETIFICAÇÃO do pedido, para serem consideradas as categorias a seguir descritas:

DESCRIÇÃO DA CATEGORIA
Empregados no comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos , LOuças, Ferragens, Tintas e Matrial de Construção no Município de Manaus.

16 de setembro de 2011.


FRANCISCO CASTRO DE AQUINO
Membro de Diretoria Colegiada

SIND TRAB COM VAR DE PEC E ACES P VEIC LOU FERR TIN E MAT DE CONST NO MUN DE MANAUS


ADERSON SANTOS DA FROTA
Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LOUCAS, TINTAS, FERRAGENS, MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUCAO DE MANAUS


JOSE DOS SANTOS DA SILVA AZEVEDO
Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA NO ESTADO DO



NUDPRO/AM
46202.017163/2011-17
/ /2011

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR053607/2011**

SIND TRAB COM VAR DE PEC E ACES P VEIC LOU FERR TIN E MAT DE CONST NO MUN DE MANAUS , CNPJ n. 11.286.230/0001-85, localizado (a) à Rua Marçílio Dias, 256, Casa do Trabalhador, Centro, Manaus/AM, CEP 69.005-270, representado(a), neste ato, por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). FRANCISCO CASTRO DE AQUINO, CPF n. 193.032.462-68, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 01/09/2011 no município de Manaus/AM;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LOUCAS, TINTAS, FERRAGENS, MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUCAO DE MANAUS, CNPJ n. 04.170.478/0001-10, localizado (a) à Rua Vinte e Quatro de Maio, 324, Centro, Manaus/AM, CEP 69.010-080, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). ADERSON SANTOS DA FROTA, CPF n. 000.926.902-97, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 01/09/2011 no município de Manaus/AM;

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA NO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 04.403.911/0001-10, localizado (a) à Rua Vinte e Quatro de Maio, 324, sala 2, Centro, Manaus/AM, CEP 69.010-080, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). JOSE DOS SANTOS DA SILVA AZEVEDO, CPF n. 000.728.342-34, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 01/09/2011 no município de Manaus/AM;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR053607/2011, na data de 09/09/2011, às 21:12:26.

, 9 de setembro de 2011.


FRANCISCO CASTRO DE AQUINO
Membro de Diretoria Colegiada

SIND TRAB COM VAR DE PEC E ACES P VEIC LOU FERR TIN E MAT DE CONST NO MUN DE MANAUS


ADERSON SANTOS DA FROTA
Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE LOUCAS, TINTAS, FERRAGENS, MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUCAO DE MANAUS


JOSE DOS SANTOS DA SILVA AZEVEDO
Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA NO ESTADO DO AMAZONAS

NUDPRO/AM
46202.016790/2011-31
/ /2011

MTE SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO AMAZONAS
13 SET 2011
PROTOCOLO
46.202

Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre, O **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS, LOUÇAS, FERRAGENS, TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM; SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE LOUÇAS, TINTAS, FERRAGENS, MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO DE MANAUS; SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA NO ESTADO DO AMAZONAS**, com base nos artigos. 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho estabelecem e outorgam entre si as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2012 e a data-base da categoria em 1º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) todos os Trabalhadores no Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos, Louças, Ferragens, Tintas e Materiais de Construção no Município de Manaus/AM.

Piso Salarial/ Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

O Piso Salarial da Categoria a partir de 01 de setembro 2011 será de **R\$660,00** (seiscentos e sessenta e seis reais), por mês.

Parágrafo Primeiro: Para os trabalhadores que ganham acima do piso, será concedido a partir de 01 de setembro de 2011, um reajuste salarial de **7% (sete por cento)** sobre salários percebidos em 01 de setembro de 2010.

Parágrafo Segundo: Aos empregados remunerados a base de comissão sobre vendas (parte fixa e outras variáveis), ou função que incorporem parte variável, fica assegurada uma remuneração mínima, correspondente ao Piso Salarial da categoria.

Parágrafo Terceiro: Com a concessão do percentual concedido na parágrafo primeiro acima, a Entidade Sindical Obreira dá plena, rasa e geral quitação de todo e qualquer reajuste ou aumento a título de reposição, perda salarial, aumento real,

produtividade ou sob qualquer outra denominação ou fundamento ao período de 01 de setembro de 2010 à 31 de agosto de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - MANUTENÇÃO DAS VANTAGENS

A correção salarial decorrente desta Convenção Coletiva de Trabalho, não poderá em caso algum ser motivo de redução ou supressão de vantagens, quotas, prêmios, bonificações ou vantagens que vinham sendo pagas aos Empregados, salvo compensações que não impliquem em redução de salários, mantendo as vantagens decorrentes de promoção, equiparação salarial e mudanças de cargo.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As Empresas fornecerão obrigatoriamente a cada Empregado **documento comprobatório do pagamento efetuado**, discriminando as importâncias pagas, descontos efetuados e recolhimento do FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO

Fica estabelecido que as empresas que praticam adiantamento salarial, somente poderão suprimi-lo mediante prévia comunicação aos empregados e ao Sindicato Laboral, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias).

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Gratificação de Função

CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO

O Empregado que substituir outro de nível de chefia, assessoria, assistência, supervisão, coordenadoria, gerência ou em caso de demissão, por um período nunca inferior a 20 (vinte) dias, terá direito a receber gratificação correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do salário do substituto, até o limite do salário do substituído, enquanto permanecer na função.

Outros Adicionais

CLÁUSULA OITAVA - FUNÇÃO DE CAIXA

Aos Empregados que exercem a função de caixa ou prestem serviços assemelhados, haverá um adicional de 10% (dez por cento), sobre o Salário fixo, a título de Quebra de Caixa. A mesma integrará para o cálculo do Aviso Prévio, 13º Salário e Férias.

Comissões

CLÁUSULA NONA - VENDAS À PRAZO

Da responsabilidade para vendas à prazo, o Empregado fica isento por inadimplemento dos devedores da Empresa nestas vendas (à prazo), não podendo perder parte de suas comissões, desde que as referidas vendas sejam efetivadas no cumprimento das normas estabelecidas pela Empresa.

Auxílios Doença/Invalidez/Morte/Funeral/Creche

CLÁUSULA DÉCIMA - INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ

Na ocorrência de morte ou invalidez permanente por motivo de doença atestada pelo órgão competente, ou por acidente de trabalho, ou por doença profissional a Empresa pagará aos dependentes no primeiro caso e ao próprio Empregado, na segunda hipótese, uma indenização correspondente a 2 (dois) Pisos da Categoria.

Parágrafo Primeiro: Ficam desobrigadas do cumprimento desta Cláusula as Empresas que mantenham planos de seguro de vida em grupo, com prêmios equivalentes, ou planos de benefícios complementares ou assemelhados equivalentes.

Parágrafo Segundo: No caso do seguro de vida e demais planos em que o benefício for inferior ao garantido, nesta Cláusula a Empresa cobrirá a diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AJUDA FUNERAL

No caso de falecimento do Empregado, a Empresa pagará aos seus dependentes a título de Auxílio Funeral, juntamente com o saldo de salários e demais remanescente, o valor correspondente a 02 (dois) Pisos da Categoria.

Parágrafo Primeiro: No caso de falecimento dos Filhos, Cônjuges (marido, mulher, companheiro ou companheira), devidamente registrados na Empresa, esta pagará a título de Auxílio Funeral, juntamente com o salário, o valor correspondente a 02 (dois) Pisos Salariais da Categoria.

Parágrafo Segundo: No caso que o funeral for custeado pela empresa ou a mesma possuir condições mais benéficas, fica esta desobrigada do pagamento estipulado nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO CRECHE

Nas empresas em que trabalharem mais de 30 (trinta) mulheres deverá ter local apropriado onde seja permitido as Empregadas-Mães, guardarem sobre vigilância e assistência, seus filhos de 00 (zero) a 06 (seis) meses de idade, ou pagar o valor

correspondente a 10% (dez por cento) do Piso da Categoria por mês, por filho até a idade estipulada nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: As Empresas que mantiverem Convênio com Creche, ficam excluídas do cumprimento desta cláusula.

Parágrafo Segundo: O Auxílio Creche não integrará as remunerações das Empregadas para nenhum efeito legal, mesmo quando as Empresas optarem pelo pagamento do benefício direto as Empregadas Mães.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades e Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO LABORAL

Não é permitido ao Empregado trabalhar durante o Aviso Prévio de que trata o Art. 487 da CLT, quando for demitido por iniciativa do Empregador, salvo quando se tratar de ocupante de Cargos Técnicos e de Confiança, quando requisitado.

Parágrafo Primeiro: As quitações das Verbas Rescisórias nos dias de sexta-feira e dias que antecedem feriados, só poderão ser aceitas em cheque até as 12h00, salvo se ocorrer antecipação espontânea do pagamento.

Parágrafo Segundo: Por ocasião da quitação das Verbas Rescisórias, as Empresas que solicitarem ao Sindicato que efetue os cálculos das rescisões, pagarão ao mesmo, uma taxa designada por este órgão, devidamente fixada.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - APRENDIZES

Os estabelecimentos de qualquer natureza independentemente do número de empregados, são obrigados a contratar aprendizes de acordo com o percentual exigido por lei (art. 429 de CLT)

Parágrafo Único: É facultativa a contratação de aprendizes pelas microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), inclusive as que fazem parte do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, denominado “ Simples Nacional” (art. 11 da Lei n. 9841/99), bem como, pelas Entidades sem fins lucrativos (ESFLs) que tenham por objetivo a educação profissional (art. 14 do Decreto n. 5.598/05)

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANOTAÇÕES NA CTPS

A função efetivamente exercida pelo Empregado será anotada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo Único: No caso de comissionista será anotado o percentual real recebido e seu salário fixo.

Saúde e Segurança do Trabalhador e Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LOCAL DE TRABALHO

Haverá assento para os Empregados nos locais de trabalho para que possam ser utilizados durante as pausas permitidas pelo serviço.

Uniforme

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - UNIFORMES

Desde que as Empresas exijam que seus Empregados trabalhem uniformizados obrigam-se ao fornecimento gratuito dos uniformes entregues com contra recibo, exceto calçados, salvo se o serviço exigir calçados especiais, de conformidade com o regulamento de uso e vestuário de cada Empresa.

Parágrafo Único: A substituição dos uniformes será feita mediante a entrega do que estiver sendo considerado inservível, no prazo nunca inferior a 06 (seis) meses de uso da vestimenta a ser substituída.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ATESTADO MÉDICO / ODONTOLÓGICO / OFTALMOLOGICO

Os atestados fornecidos aos associados ou não do Sindicato dos Empregados no Comércio de varejista de peças e acessórios para veículos, louças, ferragens, tintas e materiais de construção no município de Manaus/AM, por Médico, Dentista, Oftalmologista ou Convênio de Saúde do mesmo, desde que mantenham comprovadamente o convênio com o SUS, e não possuindo as Empresas

Departamento Médico credenciado pelo SUS ou Convênio Médico Particular para seus funcionários, os mesmos serão aceitos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TRATAMENTO MÉDICO

Fica assegurado aos Empregados em tratamento de saúde, fisioterapia ou tratamento especial, a liberação pela Empresa no horário estabelecido pelo Médico credenciado pelo SUS ou pelas partes, desde que seja comprovado com receituário.

Relações Sindicais **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMUNICADOS

As Empresas colocarão nos seus quadros de aviso as comunicações de interesse do Sindicato, devendo tal comunicação ser encaminhada à direção da Empresa com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser recusado se o assunto contrariar interesses patronais.

Representante Sindical

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DIRIGENTE SINDICAL

Fica garantido ao Dirigente Sindical o direito de acompanhar a fiscalização do Ministério do Trabalho nas Empresas comerciais, quando a mesma for solicitada pelo Sindicato de Classes ao Órgão competente.

Parágrafo Primeiro: O Dirigente Sindical que for convocado para reunião de Diretoria ou Assembléia Geral do Sindicato ou da Federação terá direito de ausentar-se do serviço de até 03 (três) vezes ao mês, sem perda de sua remuneração.

Parágrafo Segundo: A convocação deverá ser apresentada à Empresa com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Conforme determinado pela Assembléia Geral (Ordinária ou Extraordinária do Sindicato da Categoria), a empresa fica obrigada a descontar, mensalmente de todos os trabalhadores sindicalizados ou não da categoria Profissional, beneficiados pela presente Convenção Coletivo de Trabalho, (Art.513-Alínea "E" da CLT e Art.8º

Inciso IV da Constituição Federal), a Contribuição Assistencial correspondente a **2% (dois por cento) do Piso Salarial da Categoria**, devidamente reajustado.

Parágrafo Primeiro: O referido desconto será recolhido aos cofres do Sindicato da Categoria ou na Conta Bancária do Sindicato, Agência 0020, Operação 003, Conta 00001740-3 da Caixa Econômica Federal, acompanhada de relação nominal, a ser efetuado até 5 (cinco) dias após o desconto.

Parágrafo Segundo: Fica assegurado a todos os trabalhadores da categoria abrangidos por esta cláusula, o direito de oposição ao desconto, desde que feito via requerimento em 3 (três) vias: empregado, empresa, sindicato; de próprio punho e entregue na sede do Sindicato Profissional até 10 (dez) dias após a data da homologação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, na Superintendência Regional do Trabalho, não serão aceitas oposições ao desconto por carta enviada pela própria empresa.

Parágrafo Terceiro: O contribuinte da **Contribuição Assistencial** que se refere esta cláusula fará jus as Assistências Médica, Odontológica, Oftalmológica, Jurídica e todos os Convênios firmados pelo Sindicato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – TAXA NEGOCIAL

Conforme determinado pela Assembléia Geral (Ordinária ou Extraordinária do Sindicato da Categoria), as empresas ficam obrigadas a descontar, de todos os trabalhadores sindicalizados ou não da categoria Profissional, beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a importância correspondente a 01 (um) dia de remuneração do empregado, recolhido a importância através de recibo diretamente no Sindicato até o dia 10 de outubro de 2011, como Taxa Negocial.

Parágrafo Único: O empregado não sindicalizado que não concordar com o desconto estipulado na presente cláusula, deverá requerer a isenção de seu pagamento, desde que feito via requerimento em 3 (três) vias: empregado, empresa, sindicato; de próprio punho e entregue na sede do Sindicato Profissional até o dia 20 de setembro de 2011, não serão aceitas oposições ao desconto por carta enviada pela própria empresa.

Disposições Gerais **Aplicação do Instrumento Coletivo**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:

Por força desta Convenção Coletiva de Trabalho combinada com o art. 625, letra D Inciso II da Lei nº 9.958 de 12.01.2000, fica facultado aos trabalhadores representados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos, Louças, Ferragens, Tintas e Materiais de Construção no

Município de Manaus/AM, bem como, as Empresas abrangidas pela mesma norma coletiva, a buscarem a Conciliação de seus dissídios individuais na Comissão Intersindical de Conciliação Prévia da Indústria e Comércio de Manaus, localizada na Rua Marcílio Dias, 256 – Centro, ou poderão também os trabalhadores e as Empresas integrantes do Sindicato Patronal signatário desta CCT, utilizarem-se da Comissão Intersindical de Conciliação Prévia do Comércio de Manaus, localizada na Rua 24 de Maio, 324 – Centro.

Parágrafo Primeiro: Uma vez conciliado o conflito de interesses entre empregado e empregador, o termo de conciliação, além de ser um título executivo extrajudicial, também servirá de quitação expressa, plena e irrevogável, com natureza liberatória geral, salvo quanto às parcelas expressamente ressalvadas, nada mais podendo ser demandado em qualquer esfera.

Parágrafo Segundo: Somente se buscará a Justiça do Trabalho quando a Comissão não conseguir mediar o conflito. Quando o mesmo ficar resolvido e acordado, será nula de pleno direito qualquer ação Jurídica, nos termos do que estabelece o Art. 625, letra E, parágrafo único da Lei 9.958 de 12.01.2000.

Parágrafo Terceiro: Os membros integrantes da Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, representante de empregados e empregadores, não possuem qualquer tipo de estabilidade, já que será sempre indicada pelas diretorias das entidades sindicais convenientes, a indicação poderá se der por carta de preposição para cada audiência a ser realizada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMPETÊNCIA:

As divergências ou dissídios individuais resultantes de aplicações ou inobservância da presente Convenção Coletiva de Trabalho, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, tentando antes uma conciliação entre as partes divergentes mediante intermediação do Sindicato Profissional perante a Empresa em que se verificar o evento.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MULTA

Na hipótese da violação ou descumprimento de qualquer cláusula da presente convenção, será devida uma multa de 01 (um) salário mínimo, por empregado, a ser pago pela parte que descumpre qualquer cláusula desta Convenção, em favor da parte prejudicada.

E, por estarem justos e acordados assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos

legais, além de uma cópia que será depositada na Superintendência Regional do Trabalho no Amazonas.

Manaus(AM), 01 de Setembro de 2011.

Presidente do SINTRAPEMCON


FRANCISCO CASTRO DE AQUINO

CPF: 193.032.462-68

**Presidente do Sindicato do Comercio Varejista de Louças, Tintas, Ferragens,
Material Elétrico e de Construção de Manaus.**


ADERSON SANTOS DA FROTA

CPF: 000.926.902-97

Presidente do Sindicato dos Comercio Varejista do Estado do Amazonas.

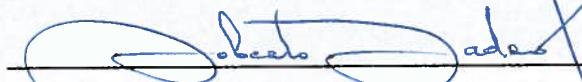

JOSÉ DOS SANTOS SILVA AZEVEDO

CPF: 000.728.342-34.

Ciente

Recebido em 12 / 03 /2011.

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas
FECOMERCIO/AM



JOSÉ ROBERTO TADROS

Presidente